



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 7 /2008
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 22-12-2008**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 7 da Sessão Ordinária de 22-12-2008

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 22 de Dezembro de 2008-----

INICIO - 15h55-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PPD/PSD

1º SECRETÁRIO - Joaquim José da Silva Barraca..... PPD/PSD

2º SECRETÁRIO - Artur Ferreira Mendes..... PPD/PSD

MEMBROS - António Simões Martins de Oliveira. PPD/PSD

Vítor Manuel de Jesus Jorge PS

António Francisco Guerra Padrão PPD/PSD

Manuel da Silva Caiano (*em substituição*) PS

João Manuel Pedrosa Russo PPD/PSD

Victor Manuel Barreto Marinho da Cunha PS

Alberto Pedro Caetano PPD/PSD

Nelson César Santos Fernandes PCP-PEV

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal PS

Ilídio Almeida Figueiredo PPD/PSD

Marina Resende Gomes da Silva PS

António João Teixeira Paredes PS

Antonino da Silva Oliveira PPD/PSD

Carlos Ângelo Ferreira Monteiro PS

Bruno Manuel Samagaio dos Reis PPD/PSD

Tiago Patrício Cadima Jorge PPD/PSD

Ana Cristina Gomes de Craveiro Paiva PS

Carlos Alberto da Silveira Cruto PPD/PSD

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz PCP-PEV

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Carlos Jorge Pires Lourenço PPD/PSD

Manuel Simões Mota PS

António José Dias de Sousa PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadás) Jorge Manuel Rocha Oliveira PPD/PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PPD/PSD

(Bom Sucesso) Victor Manuel Andrade Margato PPD/PSD

(Borda do Campo) José António Carvalho Gaspar PPD/PSD



(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares (<i>em substituição</i>)	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PPD/PSD
(Lavos)	Isabel Maria Ferreira Curado de Oliveira	PPD/PSD
(Maiorca)	José António Borges Ligeiro	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PPD/PSD
(Paião)	António José das Neves França	PPD/PSD
(Quiaios)	José Augusto Azenha Marques	INDEPENDENTE
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira	PPD/PSD
(S. Julião)	Victor Manuel Silva Coelho	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os seguintes membros: Rui Manuel Marinheiro Carvalheiro por Manuel da Silva Caiano e Carlos Fernando Moço Ferreira por José Manuel Matias Tavares.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram as suas faltas à sessão os Membros: João Carlos Marques e Silva Paulo e Carlos Fernando Moço Ferreira.-----

1- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

PRIMEIRO SECRETÁRIO, interveio para fazer a leitura resumida da correspondência recebida.-----

Mais informou que se encontra na sala o Sr. Manuel Simões Mota que acabou de tomar posse como substituto do Sr. deputado Gonçalo Venâncio que pediu suspensão do mandato.-----

1.2 - APRECIACÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES DE 30 DE SETEMBRO E DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “começava pela sessão de 30 de Setembro perguntando se têm algum reparo referente à acta e sobre a sessão extraordinária do dia 14 de Novembro, fazia-vos a mesma pergunta. Não havendo nenhuma consideração, punha à vossa aprovação em conjunto as duas actas.-----



A Assembleia Municipal, deliberou por maioria com trinta e três votos a favor (19 do PPD/PSD, 10 do PS, 2 do PCP-PEV e 2 dos Membros Independentes) e com uma abstenção do PS, aprovar as actas das sessões de 30 de Setembro e de 14 de Novembro de 2008.-----

1.3 - INTERVENÇÕES DE CARÁCTER GERAL

ABAIXO-ASSINADO SOBRE AS LINHAS FÉRREAS DA CP

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), interveio dizendo: “chegou ao PCP um abaixo-assinado recolhido entre a população da povoação da Lares. É uma movimentação da população, que fazemos agora através desta Assembleia Municipal chegar ao seu destino e para não tomar demasiado do vosso tempo passo a ler o teor do abaixo-assinado, (documento que constitui o anexo número um à presente acta).-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. DOMINGOS SÃO MARCOS LAUREANO

CARLOS SIMÃO (INDEPENDENTE), interveio para ler um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia de São Pedro, o Sr. Domingos São Marcos Laureano, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dois à presente acta.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “o enfermeiro Domingos Laureano, acabou o curso na mesma altura que eu. Desde o segundo ano que fomos colegas de curso e depois a vida juntou-nos novamente no Hospital Distrital da Figueira da Foz, onde ele exercia a sua actividade de enfermeiro com a competência por todos reconhecida e com a ponderação que todos nós colegas e todos os trabalhadores do hospital reconheceram até à sua reforma.-----

Por outro lado, foi também membro desta Assembleia e foi um homem a quem a Freguesia de São Pedro deve em parte da sua fundação, porque esteve sempre muito ligado à terra do seu nascimento, como disse o Sr. Presidente da Junta e desempenhava actualmente a função de Presidente da Assembleia de Freguesia de São Pedro.-----

Pessoalmente perdi um amigo que muito estimava e por isso associamo-nos a este voto de pesar.”-----

ANTÓNIO PAREDES (PS), disse o seguinte: “o PS junta-se também neste voto de pesar e quer endereçar à família e a toda a população de São Pedro os seus pêsames, porque perdeu um homem de grande envergadura cívica, um grande cidadão.”-----

ANTÓNIO PADRÃO (PPD/PSD), disse o seguinte: “o PSD naturalmente que se associa e apresenta-se solidário com a família do falecido.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo mais intervenções colocou o voto de pesar à votação.-----

Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Domingos São Marcos Laureano.-----

JULGADOS DE PAZ PARA O CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

JOÃO CARRONDA (PS), interveio dizendo: “no que se refere à acta nº5 na pág, 6, no que diz respeito à reunião que houve com a Comissão Permanente e a Administração das Águas da Figueira, no segundo parágrafo lê-se: “dessa reunião estamos a elaborar a competente acta que será distribuída a todos os senhores deputados, para que tomem conhecimento integral do que aqui se passou”. Isto é dito aqui na acta, mas não tenho conhecimento ou não me chegou às mãos nenhuma informação sobre isto e penso que se calhar até era importante conhecerem-se algumas posições ou argumentações que na altura possam ter havido durante o debate.-----

Em segundo lugar, nessa mesma Assembleia e na pág. 9, numa intervenção que fiz, solicitava que a Câmara tivesse uma intervenção junto das Estradas de Portugal para que à saída do IC8 fosse colocada uma placa a dizer EN 109 Figueira da Foz, para que não aconteça aquilo que se passa ou seja, as pessoas inadvertidamente entram na A8 porque não há lá qualquer sinalização a mencionar Figueira da Foz.- Queria aqui manifestar a preocupação de algumas pessoas que se me têm dirigido, porque utilizam as bicicletas para passar para a outra margem, mas verifica-se na Ponte dos Arcos a falta dos passeios e a falta de possibilidade de circulação nessa ponte. Causa transtorno é perigoso e com todo o respeito acho que é uma vergonha para a engenharia portuguesa, terem completado uma obra daquelas e terem deixado ficar aquilo naquele estado. É uma zona onde muitas pessoas passam a pé, já não falando na questão das peregrinações, porque isso é mais do que evidente e penso que devia ser tomada uma decisão para que seja ultrapassado aquela situação de engenharia duvidosa.-----

Passaria agora se me permitisse Sr. Presidente, a ler uma proposta sobre os Julgados de Paz, que punha à apreciação desta Assembleia Municipal, (documento que constitui o anexo número três à presente acta).”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “relativamente à acta da Comissão Permanente, ela será distribuída a todos os seus membros durante o início do próximo mês de Janeiro. Infelizmente por questões de disponibilidade dos nossos serviços e por motivos de férias da nossa secretária, isso não foi possível



ainda ser feito. Entendemos que não era uma questão prioritária, ela será distribuída aos membros da Comissão Permanente que certamente a farão circular por todos os elementos de cada Grupo Parlamentar.”-----

JOÃO CARRONDA (PS), acrescentou o seguinte: “ouvi aqui ler um abaixo-assinado de um local da minha Freguesia e para que fique esclarecido, este abaixo-assinado não passou pela Junta de Freguesia de Vila Verde, nem foi proposto pela Assembleia de Freguesia, não sei qual é a estratégia, possivelmente o PCP terá uma estratégia que não se coaduna muito nem com a postura daquilo que se passa na Freguesia de Vila Verde ou alguns elementos do PCP, porque o primeiro abaixo-assinado para que também conste, que foi entregue na Freguesia de Vila Verde e que versava este assunto, foi devolvido por estar mal formatado, ou seja as pessoas não eram identificadas e eu solicitei que recolhessem novas assinaturas e que fossem devidamente identificadas as pessoas, para que fosse dado provimento àquele abaixo-assinado e para que seguisse os naturais procedimentos administrativos. Isto é um mero esclarecimento, porque quando vimos aqui coisas da nossa Freguesia serem colocadas assim, podemos ficar surpreendidos e os outros me perguntarem e eu a ter que dizer que não sabia de nada daquilo que se tinha passado.”-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: “pensei que tivesse ficado claro quando fizemos a apresentação deste abaixo-assinado, que eu não sei se é o primeiro se o segundo, não faço a mínima ideia, nem qual a sua proveniência. Mas eu passo a repetir, Freguesia de Vila Verde de facto porque é população de Lares e foi entregue no PCP por um grupo de cidadãos do lugar de Lares. Não sabemos o que é que aconteceu para trás nem o que é que aconteceu para a frente. Aconteceu a recolha das assinaturas e a entrega no PCP, com o pedido de ser trazido à Assembleia Municipal do mês de Dezembro, é isso que nos limitámos a fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “tenho uma proposta apresentada pelo Sr. deputado João Carronda, Presidente da Junta Freguesia de Vila Verde e que punha desde já à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e oito votos a favor (16 do PS, 10 do PPD/PSD, 2 do PCP-PEV e 2 dos Membros Independentes) e com nove abstenções do PPD/PSD, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, sobre os Julgados de Paz para o concelho da Figueira da Foz.-----

NUNO BISCAIA (PS), interveio dizendo: “tendo tido conhecimento de uma reunião



levada a efeito na Quinta das Olaias, entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os eleitos do PSD, nomeadamente da Assembleia Municipal e tendo conhecimento também que em tal reunião foi decidido retirar da ordem de trabalhos da reunião da Câmara a aprovação da proposta de revisão do Plano de Urbanização da Figueira da Foz, estranhamos que uma reunião de tal género eminentemente partidária, tivesse sido efectuada num espaço publico e autárquico, ao abrigo de uma qualquer cláusula ou norma não prevista no regimento da Assembleia Municipal. --- Como não cremos que tenha sido assim, só poderemos concluir que para tal reunião deveriam ter sido convocados todos os autarcas eleitos desta casa e não só os do PSD o que não foi feito.-----

Só neste sentido ficaríamos todos a saber quais as razões da retirada da proposta de revisão do PU e que afinal a todos nós importa.-----

O debate entre todos os eleitos sobre os reais problemas de que padece a proposta de revisão do PU, deve ser fomentado e não restringido a apenas alguns eleitos. Efectivamente neste aspecto, os interesses partidários não se podem sobrepor aos interesses de todos os eleitos e nomeadamente de todos os figueirenses."-----

CARLOS MONTEIRO (PS), interveio dizendo: "queria colocar só duas questões simples e a primeira tem a ver com os Centros Escolares. É do conhecimento público que o Governo está a adiantar verbas na ordem dos 30%, além de outras facilidades, para os Centros Escolares cuja candidatura está aprovada. Aquilo que pretendemos saber, é em que ponto estão as candidaturas dos Centros Escolares de São Pedro, S. Julião/Tavarede e o de Quiaios. A questão no nosso entender é tão mais relevante, não só pela importância que as estruturas terão para o concelho, mas também pelas implicações que terão na criação do trabalho local.-----

A segunda questão, era uma proposta que eu queria fazer essencialmente à Mesa. Na preparação desta reunião, apercebemo-nos que parte dos documentos nomeadamente a proposta do orçamento não tinha chegado a todos os elementos e penso que até alguns Presidentes de Junta não tinham em seu poder o documento. Atendendo à grandiosidade de cópias que tem que ser tirada, a proposta que eu queria fazer à Mesa, é que a documentação pudesse chegar por e-mail ou então em formato digital. Penso que era muito mais fácil para a Câmara e pouparia muito em termos de custo quer de duplicação, quer de cópias e assim mais facilmente poderíamos discutir estes documentos, atendendo a que eles eram do conhecimento



generalizado dos membros desta Assembleia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “essa questão já nos foi colocada conforme certamente se recordará. Nós já estamos a enviar por via digital toda a informação possível de ser enviada por essa via. Alguns dos documentos para esta Assembleia, até pelo relativo pouco espaço de tempo que ocorreu, foram enviadas a muitos dos membros desta Assembleia por via digital. A outros infelizmente não o fizemos, porque não tínhamos os endereços electrónicos de alguns senhores deputados. Vamos procurar continuar a recolher esses endereços electrónicos e vamos enviá-los. Quanto à proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, não sei se existem condições técnicas para que ela seja enviada por via digital, dado o volume de informação que nela está contida.”-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “muito rapidamente responder ao Sr. deputado Carlos Monteiro que dos Centros Escolares que referiu, está elaborado o projecto de arquitectura e especialidades para o Centro Escolar de S. Julião/Tavarede e que está em condições de poder ser apresentada candidatura no momento em que for aberta.”-----

Estão em execução os estudos prévios, porque houve algumas alterações em São Pedro e está também em execução o estudo prévio para Quiaios, tendo sido já adquirido o terreno para instalação do centro.”-----

Decorrem como sabe, as obras em Vila Verde e também nalgumas outras escolas mais pequenas em Borda do Campo, Brenha, Netos e Moinhos da Gândara contamos durante o primeiro período ter os projectos prontos.”-----

NUNO BISCAIA (PS), questionou o seguinte: “Sr. Presidente da Câmara vai responder à questão da tal reunião que foi feita com vista à retirada do PU da Ordem de Trabalhos da Câmara Municipal, se se tratou efectivamente de uma reunião com eleitos do PSD, ou se se tratou de uma reunião com autarcas eleitos?”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “eu fiz uma reunião com autarcas eleitos que podia ter feito com outros autarcas. Tenho a competência para o fazer, convidar os senhores vereadores e os autarcas que são eleitos quer de um partido quer de outro e portanto nesse aspecto é aquilo que eu tenho a dizer.”-----

2.2 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO



BAIXO MONDEGO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “como sabem foi aprovado na nossa sessão extraordinária de 14 de Novembro, os estatutos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego e tal como nos foi solicitado passávamos hoje à eleição dos representantes da Assembleia Municipal da Figueira da Foz que vão integrar essa Assembleia de Municípios do Baixo Mondego.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “nós estamos novamente a levantar o mesmo incidente que levantámos na última sessão, porque não sabemos de que maneira é que se vai fazer a eleição, se é conforme o artigo 13º dos estatutos, que diz exactamente aquilo que foi aqui aprovado e o incidente que nós levantámos, se é conforme o artigo 11º da lei que cá está. Portanto têm que nos dizer, porque as coisas são diferentes e têm implicações diferentes e nós pensamos que isto não deve ir para a frente deste modo.”-----

JOÃO CARRONDA (PS), interveio dizendo: “nesta Assembleia, onde foi votada a situação dos eleitos da Assembleia, na parte final não consegui traduzir aquilo que me ia na alma e que pensava. Mas traduzo-o agora, admitindo que aquilo que vai ser aqui eleito, são os membros eleitos directamente para a Assembleia Municipal ou seja, não são os membros que compõem a Assembleia Municipal e pensando de facto que isto foi aquilo que eu não disse na ultima, porque admito que tenha baralhado a forma como as coisas foram colocadas à votação, não disse, eu não me considero um elemento de menor importância na Assembleia Municipal, aliás não sei o que é que estaria no espírito do legislador, quando reservou nas assembleias os lugares para os Presidentes de Junta por inerência, decerto teria na sua mente que os Presidentes de Junta fazem parte da representação do município de pleno direito, embora representando um núcleo geográfico, se calhar com mais conhecimento das situações, se calhar não, mas em geral com mais conhecimento das situações e da vivência Municipal, nem que seja só na sua Freguesia. Penso que terá sido isso que fez com que os Presidentes de Junta, tivessem assento na Assembleia Municipal por inerência das suas funções ou seja, entendeu que a função do Presidente de Junta era uma função importante e de representação dos seus eleitores. Nessa perspectiva, deixo aqui um desafio a todos os Presidentes de Junta, que aquando do momento desta votação que é só com os eleitos directos para a Assembleia Municipal, que nos retiremos, porque não estamos aqui só para fazer de “bobos da corte”, nem só para bater palmas em relação àqueles que de facto podem vir a ser eleitos e que são também eleitores.



É este o desafio que eu aqui sugiro, no momento da votação deste ponto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “quero esclarecer que os estatutos desta Assembleia foram aprovados numa sessão extraordinária desta Assembleia do Baixo Mondego, em qual todos participaram. Os senhores acabam de aprovar a acta da Assembleia e portanto conforme sabem, os estatutos foram por esta Assembleia aprovados no dia 14 de Novembro, nas condições expressas na acta.-----

Vir agora pôr em questão essa mesma aprovação, seja o caso de cada um de vós ter opinião favorável ou desfavorável, parece-me profundamente despropositado e não é sequer o âmbito deste ponto. Recordo que se trata conforme foi distribuído, da eleição de uma lista de sete elementos, eleitos directamente pelos eleitores da Figueira da Foz e que compõe a Assembleia Municipal. São parte da composição da Assembleia Municipal, não nos compete a nós discutir aquilo que o legislador quis produzir, quando produziu a lei sobre a qual nos estamos a reger e portanto parece-me perfeitamente descabido agora essa discussão de novo, respeitando como é obvio totalmente a opinião de cada um dos senhores membros, mas não é para isso que aqui estamos, é para proceder a uma eleição de forma directa e secreta, conforme está estipulado para este tipo de eleições.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), acrescentou o seguinte: “eu insistia um bocado nisto para que nós entendamos que o que estamos a fazer nesta altura, é a eleger representantes para um outro órgão autárquico, que vai ter alguns poderes relativamente importantes na arquitectura da organização do estado. A minha pergunta tem todo o cabimento, porque se nós vamos fazer as eleições ao abrigo do artigo 13º dos estatutos que foram aqui aprovados anteriormente, nós temos que ter a certeza de que as Assembleias Municipais dos outros concelhos, que constituem a Comissão Intermunicipal, estão a reunir agora e se há uma lista única, porque é isso que aqui diz. Isto está ao arrepio daquilo que diz o artigo 11º da lei, portanto se nós fazemos como diz a lei, fizemos mal em aprovar os estatutos, se nós fazemos como dizem os estatutos, corremos o risco de amanhã haver uma impugnação relativamente a esta eleição, é tão simples como isto.-----

Eu penso que nós não quisemos levar as coisas a bem desde o principio, portanto isto está como está, porque aquilo que está aqui vertido e basta ler o ponto da ordem de trabalhos relativo a esta eleição, em que toda a gente incluído o Sr. Presidente estavam de acordo com a nossa interpretação da lei e o que está aqui não tem nada a ver com isso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, esclareceu o seguinte: “Sr. deputado eu respeito muito



a sua opinião como é óbvio mas a sua opinião já foi expressa, já foi submetida a votos e o que dela resultou é hoje de certa maneira eleito aqui.-----

O Sr. deve saber aquilo que vamos fazer hoje é a eleição de sete membros desta Assembleia, por entre os representantes eleitos directamente para o exercício das funções da Assembleia Municipal.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “estou a perguntar ao Sr. Presidente se esses sete mandatos vão ser estabelecidos aqui?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, respondeu o seguinte: “é evidente que sim.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), acrescentou ainda o seguinte: “mas não é isso que diz aqui. Desculpe lá Sr. Presidente, quer dizer nós não podemos é estar a reger-nos por duas coisas que são antagónicas, isso não podemos. E nós não deixaremos passar isto em claro.”-----

NUNO BISCAIA (PS), disse o seguinte: “Sr. Presidente é só para reforçar aquilo que V. Exa. disse, é que na ultima Assembleia Municipal foi detectado de facto esta falta de sincronia entre os estatutos. Foi feita uma adenda que foi aprovada e portanto a nossa posição está tomada pelo que julgamos que deve fazer a votação sem demais.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “esta intervenção é absolutamente inqualificável, porque o Sr. Dr. Nuno Biscaia com a sua formação em direito não deve ter reparado que está publicado em Diário da Republica o que aprovou aqui e não tem nada a ver com adenda nenhuma. Aquilo que deriva da ultima reunião está aqui nos estatutos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “o assunto foi votado, assiste a cada um dos senhores os meios de contestarem a decisão desta Assembleia por formas legais e não é aqui nem impondo a minha vontade nem a de qualquer um dos senhores, que se vai mudar aquilo que foi eleito e decidido aqui nesta Assembleia.”-----

A Mesa entende que deve dar seguimento àquilo para que foi chamada a fazer isto é, a eleição de representantes dos eleitos, directamente membros desta Assembleia Municipal, para uma lista de sete elementos.-----

Eu passo a dizer foi recebida nesta mesa uma lista proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, (documento que constitui o anexo número quatro à presente acta), que será a **lista A**. A **lista B** apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, (documento que constitui o anexo número cinco à presente acta) e recebemos também do grupo parlamentar da CDU que será a **lista C**, (documento que constitui



o anexo número seis à presente acta).-----
Não havendo mais listas, como sabem esta votação é feita por votação secreta e a escolha dos sete elementos é feita pelo método d'hont."-----

CRISTINA PAIVA (PS), disse o seguinte: "queria declarar que não vou votar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: "efectuada que está a nossa votação eu passo a comunicar-vos os respectivos resultados. Estavam presentes com capacidade votar nesta eleição vinte e cinco deputados: doze deputados do PSD, onze deputados do PS e dois deputados da CDU. Antes do inicio desta votação, um deputado do PS declarou expressamente conforme tiveram oportunidade de ouvir, que não iria exercer o seu direito de voto, assim apresentaram-se à votação vinte e quatro dos vinte e cinco deputados com mandato para votarem nesta eleição e os resultados foram os seguintes: onze votos na Lista A, proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, dez votos na lista B proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, dois votos na lista C proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP-PEV e um voto nulo, o que perfaz os vinte e quatro votos que foram expressos nesta eleição.--- Assim conforme está determinado na lei, foram eleitos os representantes desta Assembleia Municipal, quatro proposto pela lista do PS e três propostos pela lista do PSD."-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com onze votos na Lista A, proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, dez votos na lista B proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, dois votos na lista C proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP-PEV e um voto nulo, eleger os quatros representantes da lista A proposta pelo PS - Carlos Ângelo Ferreira Monteiro, Vítor Manuel Barreto Marinho da Cunha, Marina Resende Gomes da Silva e Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia e os três representantes da lista B proposta pelo PSD - António Francisco Guerra Padrão, António Simões Martins de Oliveira e Alberto Pedro Caetano, para integrarem na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.-----

2.3 - TROUPE RECREATIVA BRENHENSE - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 9 de Dezembro de 2008.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo intervenções colocou o ponto à votação.---

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis à Troupe Recreativa Brenhense.-----

2.4 - PARQUE INDUSTRIAL - UNITED RESINS



Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 9 de Dezembro de 2008.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “nós já em Junho levantámos a questão e agora continuamos a não perceber o que vamos fazer. Queria pois um esclarecimento sobre o que é que se vai fazer mais para além do que se já fez.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “tanto quanto eu me recordo, havia a capacidade de conceder ao promotor dar como garantia em condições plenas, um terreno que tinha adquirido no Parque Industrial e daí a alteração apreciada por esta Assembleia em Junho. Agora, face a um pedido do promotor que pretende uma vez que lhe era difícil segundo ele, a constituição de garantias bancárias, que fossem alteradas as garantias que estavam a ser dadas à Câmara Municipal, para a forma que vos está a ser proposta, isto é, um pagamento faseado tendo como garantia a reversão do terreno directamente para o município.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “vamos ver se eu percebi bem: em Junho a empresa pede à Câmara para se substituir ao banco, no sentido de lhe dar a garantia relativamente ao terreno. Foi isso que nós aprovámos aqui.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “eu penso que não, mas o Sr. Presidente da Câmara como pessoa mais esclarecida, poderá tentar dar-lhe as explicações para os quais eu não serei a pessoa mais indicada.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “nós em Junho o que aprovámos, foi umas condições de venda diferentes daquelas que fazem parte do regulamento. Nós aprovámos fasear a condição de venda em determinado número de prestações, contra a apresentação de garantias bancárias como é habitual. Foi isso que nós aprovámos, porque o que diz o regulamento, é que se paga com o contrato de promessa uma percentagem e depois com a escritura o resto. Dado o interesse e o montante do investimento, propusemos e a Câmara aceitou e a Assembleia aprovou, fasear de outra forma esta prestação do pagamento. Sucede que entretanto, com as dificuldades da conjuntura financeira, o promotor encontrou muitas dificuldades em conseguir as garantias que se tinha prestado a oferecer e propôs então que essas garantias fossem substituídas, por a obrigação de fazer parte do ónus de reversão no caso de incumprimento das prestações se não pagar, isto é, o ónus de reversão não tem a ver, só reverte por incumprimento a propriedade e o que lá for feito. Incluindo nesse ónus de reversão as prestações diferidas no caso de incumprimento, é um outro processo de garantia. É isto que neste momento aqui se trás, que nos primeiros dois anos seja aceite esta forma de garantia contratual



e passados dois anos então para o restante montante ainda em falta de pagamento, sejam prestadas garantias bancárias, pressupondo que dentro de dois anos o mercado esteja mais normalizado. Isto é o que neste momento aprovámos em Câmara e agora estamos a solicitar a aprovação da Assembleia Municipal.-----

Como contrapartida, o promotor propõe-se a pagar no momento inicial mais cem mil euros que aquilo que anteriormente tinha sido negociado.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “da ultima vez a empresa pediu à Câmara para alterar o ónus de reversão sobre a segunda parcela e a Câmara concedeu.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “isso julgo que será outra situação. Isto aqui não era o ónus de reversão, isto é um investimento de um milhão de euros, em vez de pagar os novecentos mil euros no acto da escritura, propôs-se a pagar quatrocentos mil e os restantes quinhentos mil creio eu em prestações.”---

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: “eu estou a falar na alteração anterior.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “o Sr. deputado dá-me licença que eu tente esclarecer. O promotor para pagar o terreno, pagava um determinado montante no acto da escritura e embora pagando o segundo montante a prestações, a Câmara para se garantir, uma vez que tinha feito a escritura do recebimento dessas prestações, tinha em seu poder ou adquiria para seu poder, uma garantia bancária do cumprimento do pagamento dessas prestações, isto é, se o promotor não pagasse, o banco fiador substituíria-se ao promotor, no pagamento ao município das prestações em falta. Para isso, o promotor precisava de ter junto da banca a obtenção dessa garantia e para que ele a obtivesse, precisava de dar por sua vez o terreno como garantia. Foi isto que foi pedido para nós votarmos. O promotor vem dizer agora que tem dificuldade, no actual estado da economia.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), acrescentou o seguinte: “o banco disse que não aceitava o segundo terreno com o ónus de reversão que a Câmara tinha. Aquilo que nós votámos, foi que se tinha que retirar, eu leio o que está aqui na acta, que o banco exige e bem, isto são palavras do Sr. Presidente, que sobre os mesmos existam as mesmas condições, isto é, passa a haver um ónus sobre os quatro mil metros quadrados ou não há ónus nenhum.-----

Nós já votámos aqui a retirada do ónus de reversão sobre o terreno que esta empresa quer comprar, foi isso que nós fizemos e agora isso não chegou, porque agora a seguir a empresa vem pedir outra coisa, vem pedir que a gente defira por mais dois anos o pagamento das prestações. Não é isso Sr. Presidente?”-----



PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “não, o que vem dizer é que em vez de prestar a garantia bancária, se houver incumprimento nós temos o direito. Na escritura fica dito que esse valor está em dívida e que tem que pagar esse valor para além de voltarmos a ter a propriedade do terreno. É isso que será dito na escritura.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “no fundo neste momento o que a Câmara está a dizer aos senhores da United Resins, é de que não têm que dar garantia nenhuma para adquirir o terreno. A única garantia que dão, é aquilo que eles escrevem lá no papel da escritura. Portanto, penso que aqui se está a abrir um precedente, que me parece extremamente perigoso, mas já no anterior, com a alteração do ónus de reversão, se estava a abrir um precedente e agora está-se a abrir outro. Queria ver se amanhã um qualquer proprietário, ou um qualquer interessado em ir para o Parque Industrial, se vai eventualmente ter as mesmas condições ou não.”-----

ANTÓNIO PADRÃO (PPD/PSD), interveio dizendo: “esta questão também tem a ver muito com o momento e eu compreendo as reservas que o Sr. deputado está a colocar. Mas esta conjuntura tem um carácter excepcional, de modo que se a empresa tem dificuldades em obter as respectiva caução, penso que é compreensível, sobretudo neste momento e dadas as vicissitudes em que a banca portuguesa se encontra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com trinta e oito votos a favor (22 do PPD/PSD, 14 do PS e 2 dos Membros Independentes), com três votos contra (2 do PCP-PEV e 1 do PS) e com uma abstenção do PS, aprovar a alteração das condições de venda, passando as mesmas a serem o seguinte:-----

- alargar o âmbito do ónus de reversão ao incumprimento dos pagamentos diferidos;-----
- deverá o promotor obrigar-se contratualmente a apresentar garantia bancária, ou outro instrumento equivalente, no prazo máximo de 24 meses, a contar da data da escritura pública de compra e venda, que cubra as rendas vincendas.-----

2.5 - FIGUEIRA DOMUS - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL - RECTIFICAÇÃO DO ARTº 1º, Nº 1, DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2008.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo intervenções colocou o ponto à votação. ---
A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a rectificação do artº 1º, nº 1 dos Estatutos da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de habitação da Figueira da FOZ, E.E.M., conforme documento que constitui o anexo número sete à presente a acta.-----

2.6 - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL FIGUEIRA GRANDE TURISMO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 6 de Outubro de 2008.-----

NUNO BISCAIA (PS), interveio dizendo: “para evitar nova rectificação, uma vez que o registo da Figueira Domus foi recusado e tiveram que ser rectificadas os estatutos, para indicar expressamente a denominação completa da empresa, também aqui no caso da Figueira Grande Turismo, não sabemos se está indicado na totalidade o nome, ou se faltará algo. Diz só Figueira Grande Turismo, não diz mais nada, enquanto no outro era Figueira Domus, foi recusado e tivemos que pôr Figueira Domus Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz. Em relação à Figueira Grande Turismo, era só uma chamada de atenção, para se certificar se é realmente este o nome da firma. Se não for, devia-se rectificar antes que volte para trás novamente do registo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “a anotação do Sr. deputado Nuno Biscaia vai ficar registada em acta e será tida em consideração. Nós próprios nos encarregaremos de salientar este ponto ao executivo camarário, para que os serviços da Câmara tenham em conta se for caso disso. E não havendo mais nada eu punha à consideração da Assembleia.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração dos estatutos da Figueira Grande Turismo, E.M., documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número oito à presente acta.-----

2.7 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL FIGUEIRA PARQUES

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2008.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo intervenções colocou o ponto à votação. ---
A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração dos estatutos da Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, E.M., conforme documento que constitui o anexo número nove à presente



acta. -----

2.8 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM - APROVAÇÃO DO PERCENTUAL A APLICAR NO ANO DE 2009

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2008.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “nós vamos dizer o mesmo que dizemos todos os anos. Achamos que a taxa Municipal de Direito de passagem não se deveria repercutir no preço final do serviço prestado e por isso mesmo nós achamos que se deveria repercutir na despesa para as empresas, pura e simplesmente. Nesse sentido vamos votar contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria com quarenta votos a favor (22 do PPD/PSD, 16 do PS e 2 dos Membros Independentes) e com dois votos contra do PCP-PEV, aprovar o percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem em 0,15%, a aplicar no ano de 2009.-----

2.9 - PROCESSO D.1.7/5.20 - SUSPENSÃO DO PDM NA ZONA DA QUINTA DE FOJA E FERRESTELO - ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS - CADUCIDADE DAS MEDIDAS PREVENTIVAS, CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PDM E REPOSIÇÃO DO PDM EM VIGOR PARA A MESMA ÁREA

Foi presente o processo mencionado em epígrafe o qual foi aprovado na reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2008.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), perguntou o seguinte: “era para saber se no fim do prazo da suspensão o plano deixa efectivamente de estar em vigor.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “no fim do prazo da suspensão fica em vigor o PDM que existe.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “era isso o que nós defendíamos para a Ponte do Galante.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, tomar conhecimento da caducidade das Medidas Preventivas e da cessação da suspensão do Plano Director Municipal na Zona da Quinta de Fôja e Ferrestelo e reposição do PDM em Vigor para a mesma área;-----

Mais deliberou, tomar conhecimento do fim do procedimento da elaboração do Plano



de Pormenor da Quinta de Fôja e Ferrestelo.-----

2.10 - PROCESSO D.1.7/2.8.7 - REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ - APROVAÇÃO DA PROPOSTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, informou o seguinte: "este ponto estava incluído no edital mas foi retirado conforme ofício que recebi do Sr. Presidente da Câmara, informando da retirada do ponto da reunião de Câmara. Face a isto e dado o tempo que nos é legalmente imposto e uma vez que este ponto constava da ordem de trabalhos do executivo, tivemos a liberdade de o incluir no edital, que foi publicado antes da reunião do executivo e portanto antes de haver conhecimento de que esta questão ia ser retirada. Face a isto, este ponto foi retirado pelas razões que vos acabei de transmitir.-----

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento.-----

2.11 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2009-2012 E ORÇAMENTO PARA 2009

Foi presente o processo mencionado em epígrafe o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2008.-----

CARLOS MONTEIRO (PS), interveio dizendo: "a apresentação deste Plano de Actividades e Orçamento do Município da Figueira da Foz, tem pelo menos o mérito de evidenciar que a Câmara, continua a tentar ofuscar os olhos dos figueirenses com orçamentos irrealistas e a impedir qualquer análise serena sobre a política orçamental do Município.-----

À maioria PSD que lidera o executivo municipal, responsável pela falência da autarquia e politicamente trapalhona, não sobra uma réstia de bom senso e apresenta aos figueirenses mais um fantasioso orçamento para 2009.-----

A cada dia que passa vai sendo mais clara a perspectiva das imensas dificuldades que nos esperam em 2009.-----

Uma crise inicialmente confinada aos Estados Unidos e aos sectores financeiro e imobiliário, desenvolveu-se em ondas de choque para o conjunto das economias mundiais e pluralidade de sectores, atingindo a produção e emprego e reduzindo drasticamente a procura, quer à escala global quer à escala nacional e local.---

Multiplicam-se os esforços e as medidas das autoridades e instituições nacionais e internacionais, no sentido de minimizar os efeitos de uma crise que hoje se sabe inevitável, não obstante se ignorar a profundidade e a duração das mazelas sociais que deixará.-----

O ano de 2009, pelo menos poderá ser de extrema penosidade e carência para uma parcela significativa da população! Temos todos hoje essa firme convicção, assim



como temos todos a consciência que só juntando forças e vontades é possível enfrentar uma conjuntura que a todos afecta!-----

Para além das medidas do Governo no sentido de atenuar dificuldades, regista-se o gesto solidário da Associação Nacional de Municípios Portugueses que, em nome destes, anuncia uma redução de impostos da responsabilidade dos Municípios na ordem dos 555 milhões de Euros. Tal verba significativa, resultaria do "corte" que algumas Câmaras Municipais tinham dado nas taxas de IMI, IMT, derrama, IRS e suprema heresia, até no preço da água.-----

Senhor Presidente, os bolsos dos figueirenses porém não sentirão qualquer "desafogo"! Esta Câmara Municipal e o Senhor foram completamente insensíveis às sucessivas propostas do Partido Socialista, no sentido de baixar alguns impostos da responsabilidade do Município. Os figueirenses, mais uma vez serão fortemente descrionados negativamente, por culpa da liderança política desta Câmara.-----

Mas como dizíamos, no plano de actividades e orçamento apresentado pelo executivo camarário, tudo é vão, tudo é ilusório, quase tudo é insensato!.-----

Ou não é ilusório e insensato, apontar-se, no actual quadro macroeconómico, para a constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário? Ou não é ilusório e insensato inscrever, no Orçamento para 2009, um montante de mais de 13 milhões de euros como receitas proporcionadas por tal fundo imaginário? Ou não é ilusório e insensato acrescer a tudo isto mais 17 milhões de euros decorrentes da venda de património?-----

Numa primeira abordagem, somamos já 30 milhões de euros de insensatez, para um orçamento global de 75 milhões. Se tivermos em conta que o orçamento exequível rondará os 40 milhões de euros, dos quais serão absorvidos pela despesa corrente pelo menos 35 milhões, ficamos com uma ideia da grandeza do truque!-----

Não será ilusório e insensato criar expectativas aos fregueses das diversas freguesias e depois transferir apenas 30% ou menos daquilo que se promete? Quem fica mal perante os fregueses!? Quem explica aos fregueses esta irresponsabilidade!? Podemos continuar a ter esta desonestidade para com os senhores Presidentes de Junta e para com os seus fregueses!?-----

De facto, na Figueira da Foz o investimento público digno desse nome não tem a chancela da Câmara Municipal, mas do Governo do Partido Socialista. Por muito que custe ao PSD e a esta Câmara Municipal, é esta a verdade!-----

Para continuar a citar exemplos de insensatez e de algum despudor, pressente-se no Orçamento para 2009 o aproximar do acto eleitoral autárquico anunciando-se,



alto e bom som (está escrito!!!), que nos “encargos com o pessoal contratado a termo, se perspectiva um aumento de 63%”, que mais adiante são justificados pelo “aumento de pessoal a contratar no período de Verão”.-----
O que se questiona é se, para além do clima eleitoral, o Verão de 2009 tem mais alguma forte razão para ser 63% mais caro que o Verão de 2008!-----
É com igual insensatez e o mais requintado despudor que se afirma que o Orçamento privilegiará os serviços culturais e recreativos! Não se diz é “como”, assim como não se diz como é que a Câmara irá pagar o que deve às colectividades - dívidas que se arrastam nalguns casos desde 2001 - ou a solução será atribuir medalhas sem critérios de mérito?-----
Assim como não se diz como é que se irá finalmente dignificar as Juntas de Freguesia ou, pelo contrário, se se vai continuar neste jogo de faz de conta, que desde há largos anos se tornou sombria regra desta Câmara.-----
Mas como pode a Câmara ouvir os lamentos da Juntas de Freguesia, se a inoperância de braço dado com a irresponsabilidade, se afirmam como a marca distintiva deste Executivo Municipal?-----
Não temos já suficientes exemplos de inoperância e irresponsabilidade, bem demonstradas nas lutas fratricidas dentro do PSD que, aliadas à deficiente liderança camarária conduziram o Executivo Municipal a uma efectiva amputação, com a ausência continuada de um Vereador de que resultam impactos negativos na operacionalidade da Câmara, sem que o Sr. Presidente inexplicavelmente, tome qualquer decisão ou se digne esclarecer os figueirenses da situação.-----
Para terminar, lamentamos que uma vez mais não seja prestada à Assembleia Municipal a informação útil presente nos Planos de Actividades e Orçamentos das Empresas Municipais, conforme se estabelece na Lei nº. 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, que permitiria a este Órgão acompanhar plenamente a actividade municipal e o desempenho daquelas empresas que, através de subsídios à exploração ou ao investimento, suprimentos ou aumentos de capital, absorverão alguns milhões de euros do Orçamento de 2009.-----
O Partido Socialista vê com redobrada apreensão as sucessivas manifestações de insensatez e irresponsabilidade que caracterizam este Executivo Municipal, de que o Orçamento para 2009 é um exemplo paradigmático.-----
Assim, o nosso voto contrário à vossa proposta de orçamento reflecte a nossa opinião marcadamente negativa, quanto às opções políticas que esta maioria e este Presidente nele fazem reflectir.”-----



ALBERTO CAETANO (PPD/PSD), interveio para ler um texto sobre a posição do PPD/PSD em relação às Grandes Opções do Plano, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dez à presente acta.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “o orçamento é exactamente igual aos orçamentos anteriores e neste sentido, como estamos num ano eleitoral, nós estamos absolutamente convencidos que o endividamento para 2009 vai ser muito maior do que foi para 2008, como o orçamento deixa prever. É um bocado neste sentido que nós iremos votar contra.”-----

ANTÓNIO PADRÃO (PPD/PSD), interveio dizendo: “duas referências relativamente aos comentários tecidos pelo Sr. deputado Carlos Monteiro, que utilizou uma linguagem e uma adjectivação, como irrealismo, fantasia, irresponsabilidade, insensatez. Sr. deputado, o que dizer do orçamento de Estado feito pelo Governo que o Sr. deputado apoia, recentemente aprovado e que antes de entrar em funções já todos nós reconhecemos que tem que ser revisto?-----

Essa adjectivação não caberá como crítica ao orçamento executado pelo Governo central da responsabilidade do PS?-----

Um segundo aspecto, referiu textualmente que os bolsos dos figueirenses não sentirão qualquer desafogo, o que a acreditar no seu Primeiro-ministro não é verdade. O Sr. deputado Carlos Monteiro anda desatento, o Sr. Eng. Sócrates recentemente, referiu que o nível de vida seria em grande parte recuperado no próximo ano, devido à previsível baixa da taxa de juros, bem como do preço dos combustíveis. Em que é que ficamos Sr. deputado? Diga-nos lá.”-----

CARLOS MONTEIRO (PS), disse o seguinte: “na realidade a adjectivação utilizada quase que era desnecessária pela intervenção da vossa bancada. Quando referem que estamos num período de crise e o orçamento consegue ser superior ao do ano transacto, essa é a nota adjectivação, é fantasioso. Na realidade, se o período é de recessão, não conseguimos perceber como é que o orçamento consegue aumentar, da mesma maneira que não conseguimos perceber para que é que se faz um orçamento, se o grau de execução dele hoje se reflecte na ordem dos 50%.-----

Relativamente ao desafogo, eu se calhar não me fiz entender correctamente, mas o desafogo era relativamente a politicas camarárias. Ao contrário de outras câmaras, a Câmara da Figueira não baixou o IMI, não baixou as Derramas, não baixou o preço da água. Era esse o desafogo Sr. deputado.”-----

JOÃO CARRONDA (PS), interveio dizendo: “depois de ouvir aqui os colegas desta Assembleia, falarem com as suas formações e com os seus conhecimentos, tenho



alguma dificuldade e portanto sou assim sempre um bocado para o mais simples e mais directo. Há uma coisa que eu de certeza que tenho, é que não tenho tanta dificuldade em pensar para argumentar, porque às vezes deve ser muito difícil conseguir arranjar argumentação para se defender. Isto é um local de debate político e portanto eu compreendo isso.-----

Ando nisto há sete anos e às vezes ouço aqui algumas referências em relação ao passado, mas está-lhe a faltar o fulgor de outros tempos, em que de facto havia aqui um despique e um debate muito mais aceso e até engraçado. Numa forma muito simples.-----

Vou-me abster na votação porque as pessoas que estão hoje a defender, defenderam-no no passado. Fui acusado quando foram aqui analisadas as contas de 2007, de não ter reparado para o que acontecia no passado, mas vou falar em 2003, isto porque foram dados que uma pessoa conotada pelo PSD me forneceu e que confirmei que são verdade. Em 2003 o orçamento foi de 64,4 milhões e a recessão foi de 41 milhões e obteve-se uma execução, de 65%. Em 2004, 53,5%, em 2005, 46,9%, em 2006, 51% e em 2007, 51,9%. A argumentação de defesa dos orçamentos era rigorosamente a mesma talvez um bocadinho melhor, porque havia talvez um pouco mais de fôlego.-----

Em 2008, o Sr. Presidente da Câmara já manifestou uma preocupação dizendo que a Derrama caiu substancialmente e portanto com certeza que a execução vai ser ainda mais difícil, apesar do IMI poder ajudar alguma coisa e eu começo a entender que os orçamentos são aquilo que são, valem aquilo que valem, mas são responsáveis aqueles que os elaboram, aqueles que os atacam, que lhe apontam defeitos e aqueles que os defendem, porque depois quando se vai ver as contas, é aí que nós vemos se de facto tivemos uma observação mais atenta ou não.-----

Também me vou abster por uma coisa que aliás já foi aqui mencionada e que de facto eu hoje retirei-me quando foi da votação, mais ninguém me seguiu, mas nisto não sei se será também o pensamento dos restantes Presidentes de Junta, é que eu não tive informação nenhuma sobre o orçamento, eu tive uma folha sobre as opções para a minha Freguesia, debatidas pelo Sr. Presidente numa visita e o resto não tenho. Em boa verdade estou a votar um orçamento e estou a votar as opções das restantes freguesias, ou os planos para as restantes freguesias e dando sempre o beneficio da duvida, porque tenho as pessoas do executivo como pessoas de bem e há coisas que são políticas e também esse campo de manobra com certeza que não pode ser negado.-----



Preocupo-me com o orçamento da minha Freguesia e tento analisar os orçamentos onde estou inserido.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), acrescentou o seguinte: “queria lembrar que o Governo, apresentou ainda há pouco tempo um plano de pagamento das dividas da Administração Central e esse plano de pagamento das dividas vai-se estender à Administração Local. Coloquemos como hipótese, que os credores desta Câmara, a partir do momento em que esse plano estiver execução, vêm cá receber e eu pergunto para onde é que vai o orçamento? Isto é de facto a incapacidade total de liquidez para fazer isso e não há nenhuma hipótese de a Câmara poder acudir a isto, estou-me a referir exclusivamente aos de curto prazo, àqueles que são empurrados com a “barriga” no ultimo trimestre para o ano seguinte. Nesse sentido, é que nós consideramos que o problema da divida aos fornecedores e das dividas de curto prazo, é o problema mais grave, porque estamos absolutamente convencidos que em ano eleitoral, não vai haver nenhuma condições politicas para conter essa divida, pelo contrário ela irá aumentar.”-----

NUNO BISCAIA (PS), interveio dizendo: “gostaria de responder ao Sr. deputado António Padrão que como diz um ditado popular, “uma mentira muitas vezes dita torna-se verdade” e de facto é muito fácil à bancada do PSD fazer a defesa dos interesses da Câmara Municipal, nomeadamente do orçamento. Julgamos que o constante chamamento à coação do Governo e a quase ridícula comparação entre o orçamento camarário e orçamento governamental, é uma comparação que já caiu quase no ridículo e já não deve ser levada em rigor. A Câmara Municipal como sabem está endividada, o passado financeiro da Câmara não foi famoso, foi mesmo devastador para os cofres da Câmara Municipal mas já chega. Estamos em final do mandato, o passado é passado, já vamos no segundo mandato e não podemos estar sempre a desculpar-nos com o passado, nem com o Governo.”-----
Assistimos de facto a uma Câmara Municipal, que quase num estado de letargia espera impacientemente o fim do mandato, não faz obra e adia constantemente as questões, nomeadamente até este inexplicável adiamento da aprovação da revisão do PU por razões desconhecidas e como aqui já foi dito, não foram tornadas publicas como seria no nosso entendimento, dever de quem lidera o executivo autárquico. Julgamos que não vale a pena mais comparações, não vale a pena mais desculpas, efectivamente a Câmara e o executivo estão sem fulgor, estão sem capacidade de iniciativa e eu acho que é isso que faz transparecer este orçamento.”-----



SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), interveio dizendo: “nós estamos quase no final do ano, a três dias do Natal e as pessoas já estão de facto mais com as cabeças noutros locais, do que propriamente na discussão política. De qualquer maneira, faz-me a mim alguma confusão como é que ainda e apesar desta nossa época natalícia, se conseguem dizer algumas coisas. Acho e se calhar consideramos todos, que as assembleias municipais são entre muitas outras sedes, um lugar privilegiado para nós comentarmos não apenas a política do Município e nós já esclarecemos devidamente qual vai ser a nossa posição de voto e o que é que nós achamos quanto à asfixia financeira desta Câmara Municipal para esse peditório. Vamos votar contra e já está sobejamente justificado, como se diz, que aqui não é o lugar para nós comentarmos as políticas governamentais do Poder Central, é evidente que é. Espero que os senhores do PS aqui noutras sedes, noutras assembleias, noutras câmaras e no Governo, não se esqueçam de uma coisa, por exemplo da sua autoria, muito complicada para os municípios, a Lei das Finanças Locais.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “a Figueira da Foz, deu-me ideia que não é solidária com a mesma estratégia e a mesma política que a Associação Nacional dos Municípios deu a conhecer publicamente. A Câmara Municipal faz parte da Associação Nacional de Municípios, os quinhentos e tal milhões de euros que a Associação Nacional de Municípios referiu, como aquilo que está a abater ao contribuinte, não é mais do que o resultado da política que foi claramente definida pelo Governo e a Figueira da Foz tal como os outros municípios vê reduzida da mesma forma as taxas. Não quer dizer que não haja alguns municípios, mas que são poucos, que têm taxas menores que os da Figueira da Foz, mas aquilo que faz esse montante, é a redução global pela imposição governamental. É bom que se tenha um pouco a noção disso, quer dizer os quinhentos e cinquenta e três milhões de euros, acho que é esse valor, não foi assim tirado de uma “chapelada” da Associação Nacional de Municípios. É dito que é o que se computa, de que se transforma a redução que houve ou que vai haver, em função da diminuição da Derrama, da forma como a nova a Lei das Finanças Locais tem implicação e também com outros impostos designadamente com o IMI.-----

Naquilo que refere ao pessoal, eu gostaria de dizer o seguinte: entram em vigor novas regras para a contratação e a previsão de contratação de pessoal, portanto não tem nada a ver com o facto de ser um ano eleitoral. O que tem a ver, é que foi necessário definir um quadro de previsão de preenchimento de determinados



postos de trabalho pelos diferentes serviços, porque há mais dificuldades em contratar para determinadas tarefas, aquilo que é designado pelos POC's não só nas freguesias, mas também nalguns departamentos dos serviços da Câmara e no caso de ser necessário, tem que estar desde o início previsto no orçamento. É uma nova regra, é uma nova obrigatoriedade e daí haver esse crescimento, relativamente ao valor previsto para 2008. Não quer isso dizer que assim seja, mas se tivermos que recorrer isso e se não tivéssemos orçamentado não poderíamos fazer.-----

Aqui um pouco para responder ao Sr. deputado Nelson Fernandes, não está previsto no orçamento, mas está previsto na Câmara e isso foi assunto tratado na última reunião de Câmara, que se concorra ao programa do Governo para o pagamento extraordinário de regularização de dívidas a curto prazo a fornecedores. Nós neste momento abrimos esse procedimento que leva a que seja preciso fazer uma candidatura, que vai ser feita em Janeiro e caso mereça a aprovação do Governo, porque o município está em condições de poder concorrer nessa altura, teremos algum apoio também para liquidação a curto prazo.-----

Estamos a negociar, bem sei que é difícil, as condições e a conjuntura não é muito propícia, mas ao contrário do que os senhores dizem ou pensam, a Câmara Municipal da Figueira da Foz ainda tem crédito junto de instituições bancárias e por isso está a ser apreciada a possibilidade da constituição de um fundo, tal como aqui está descrito e por outro lado, também há uma questão que é preciso ter em conta neste próximo ano de actividade, que é já poder haver a abertura de apoios para determinados investimentos, não só na parte escolar, mas também noutros ao abrigo do QREN que está em vigor desde 2007 e até agora ninguém viu um tostão, mas o que é facto é que finalmente em 2009, vai ser possível já ter à disposição dos municípios e neste caso dos municípios do Baixo Mondego, para os programas que definiram e também daí haverá uma receita que pode concorrer, mas que não pode ser inscrita, porque ao contrário do que existia, antes do POCAL entrar em vigor, não se pode inscrever como receita os apoios dos programas comunitários, porque só após a entrada em execução e a sua liquidação é que são recebidas as verbas.-----

Gostava de fazer uma referência à questão de investimentos públicos e sou o primeiro a mostrar a satisfação pelos investimentos que a Administração Central faz. Infelizmente alguns deles com determinados atrasos, que as pessoas já se esqueceram, porque é sempre aquela questão, mais vale tarde do que nunca, mas o



que é facto é que por exemplo na parte viária, já temos uma situação completamente diferente daquela que tínhamos, quando os executivos dirigidos por mim entraram em 2001, mas houve relativamente ao programa rodoviário nacional, um atraso de quatro anos e é preciso a gente lembrar-se disso. Por outro lado, também determinadas aprovações da Administração Central a programas e projectos do Município, muitos deles tiveram atrasos muito significativos e difíceis de explicar. Felizmente alguns têm vindo a ser desbloqueados, só para vos dar conhecimento, porque também não é a minha maneira de ser estar a fazer grande gala desses assuntos, mas uma providência cautelar que nos tem atrasado um projecto que consideramos da maior importância, teve finalmente a sentença completamente favorável à Câmara da Figueira da Foz ao fim de dois anos, que foi na passada semana.-----

Por outro lado, também o desbloqueamento por parte das autoridades competentes, para a desafecção de uma parcela do domínio privado do Estado e neste caso militar, que não chega a três mil metros quadrados, levou quatro anos e também foi desbloqueada há pouco mais de duas semanas. Tudo isto de facto não tem facilitado, modificou as expectativas e as previsões de investimento, recorde que quem está também a fazer investimento e um investimento que tem por exemplo para o caso de Vila Verde uma importância capital, é a execução da nova Central Eléctrica, que é um investimento da EDP que é uma empresa que tem capital do Estado, mas com estatuto de privado e de certo modo temos que nos lembrar como é que todo este procedimento aconteceu. Isto era um investimento que estava adormecido, que estava na prateleira e que foi puxado e ainda bem para a Figueira da Foz e ainda bem para Vila Verde, porque entretanto houve uma concorrência que mostrou a vontade também de investir no mesmo sector e isso foi integralmente feito em ligação com a Câmara Municipal. As pessoas já estão se calhar esquecidas disso, e felizmente temos um investimento que vai trazer ao concelho seguramente muitos benefícios e a Freguesia de Vila Verde vai auferir ou já está a auferir de vantagens significativas, derivadas desse investimento."

CARLOS MONTEIRO (PS), disse o seguinte: "relativamente a atrasos do QREN, os atrasos parece que são só para alguns e não me parece que o Governo Central tenha discriminado minimamente a Figueira pela negativa, todos nós sabemos que há centros escolares que já estão a arrancar etc., etc., portanto às vezes não podemos é estar à espera que o dinheiro venha, se nós não fizermos algo por ele. Relativamente ao aumento de 63% que eu referi, a pág. 10 no documento que o Sr.



nos enviou diz "uma análise mais detalhada deste agregado permite constatar que se perspectiva no orçamento de 2009 um ligeiro aumento de 0,19% dos encargos com remunerações certas e permanentes. Pessoal do quadro, relativamente ao orçamento de 2008 enquanto que relativamente a encargos com remunerações certas e permanentes, pessoal contratado a termo se perspectiva o aumento de 63%, esta ultima situação deve-se ao aumento do pessoal a contratar no período de verão", portanto a nossa intervenção foi nessa perspectiva. É evidente que o Sr. Presidente disse agora é a contrato mas antes eram a recibos. Se vamos por aí, diz aqui que o aumento relativo à aquisição de bens e serviços representa no presente orçamento o valor de 15,8 milhões de euros, que equivale a uma taxa de crescimento de 3,8%, bem também não é por aí . É só para repor, porque aquilo que nós dissemos encontra-se escrito por vós na pág. 10."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, esclareceu o seguinte: "eu não disse que alguém tinha dito coisas que não eram verdade eu não disse isso. Eu não disse que houve aqui inverdades, eu só disse é que esclarecia determinadas afirmações e de facto quer dizer, ou não fui feliz no meu esclarecimento ou o Sr. não quer entender, porque aquilo que eu disse e que está aqui, é o que está particularizado, mas exactamente porque na nova modalidade é preciso prever estas despesas, senão se eu tiver necessidade de as fazer, não posso."-----

Quanto ao QREN, houve alguns concelhos neste País que foram beneficiados isto só nas escolas, o resto de facto ninguém recebeu coisa nenhuma. Agora nos Centros Escolares e estou convencido que o Sr. deputado sabe, dado ser dessa área, que houve alguns municípios que estavam nas mesmas condições que nós estaríamos, que era não poderem ir a determinados concursos e foram contemplados. Agora não me pergunte como é que isso funciona, porque eu não sou inspector e portanto não tenho nada com isso mas o que eu sei, é que nós não fomos porque não podíamos ir, houve outros que também não podiam e foram contemplados, como é que isso foi pode ser que alguém saiba explicar, porque eu não sei."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, não havendo mais intervenções colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria com vinte e seis votos a favor (22 do PPD/PSD, 2 do PS e 2 dos Membros Independentes), com treze votos contra (11 do PS e 2 do PCP-PEV) e com quatro abstenções do PS, aprovar o seguinte:-----

- **As Grandes Opções do Plano para 2009-2012 e Orçamento para o ano de 2009;-----**
- **Autorizar a contratar empréstimo de curto prazo no ano de 2009, até ao limite**



máximo legal, ao abrigo do disposto no nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro;-----

- O Mapa de Pessoal para 2009, nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;-----

- A transferência de competências para as Juntas de Freguesia do Concelho da Figueira da Foz, conforme indicado no artigo 3º, do Capítulo III, da Introdução do Orçamento de 2009, ao abrigo do disposto na alínea s), do nº 2, do artigo 53º e do artigo 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pelas Declarações de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e n.º 9/2002, de 5 de Março, publicadas na I Série do Diário da República.-----

3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: "está inscrito o munícipe Licínio Azedo."-----

MUNÍCIPE, LICÍNIO AZEDO, interveio para ler um texto onde solicita a intervenção da Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências, junto da Câmara Municipal face à política de Recursos Humanos Exercida contra os trabalhadores, documento que constituiu o anexo número onze à presente acta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: "desta intervenção será dado conhecimento ao executivo como é nossa obrigação."-----

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar a acta em minuta.----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----